



## FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DO TOCANTINS<sup>1</sup>

*PROFESSIONAL TRAINING IN SOCIAL WORK:  
CONSIDERATIONS ON THE STATE TOCANTINS*

**Sabrina Celestino<sup>2</sup>**

### RESUMO

O presente artigo busca compartilhar algumas reflexões, sobre a formação profissional em Serviço Social no momento presente, diante dos impactos da contrarreforma do ensino superior no Brasil. Para oferecer materialidade as elaborações que aqui destacamos, tomamos por base algumas dimensões da realidade da formação profissional em Serviço Social no estado do Tocantins. O referido estado, criado pela Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que efetiva a expansão político-administrativa, consoante à diretriz de descentralização pautada pela Carta Magna, fundando órgãos e executando políticas sociais, e entre estas, a política de educação e ensino superior é particularizada pela lógica de mercantilização e privatização das IES, que se aprofunda, a partir da década de 1990.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Formação Profissional. Tocantins.

---

1 As elaborações propostas na presente construção, para além de serem estimuladas pelo ingresso na carreira do magistério superior foram aprofundadas consoante as reflexões decorrentes das discussões realizadas no Núcleo de Desenvolvimento Estruturante do Colegiado de Serviço Social, da Universidade Federal do Tocantins, bem como, pela aproximação aos debates propostos pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 25ª Região).

2 Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense - UFF Niterói, mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FSS/UERJ, doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGSS-PUC RIO). Pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e professora assistente do Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

## ABSTRACT

This article seeks to share some reflections on vocational training in Social Work at the present time, compared to the impact of higher education counter-reform in Brazil. To provide the materiality elaborations that here we highlight based on some dimensions of reality of vocational training in social work in the state of Tocantins. Said state being created by the 1988 Constitution, while that effective political and administrative expansion, from the decentralization policy guided by the Constitution, founding bodies and implementing social policies, and between the education policy and higher education it is particularized by the logic of commodification and privatization of IES that deepens from the 1990.

**Keywords:** Social Work. Professional Training. Tocantins

**Submissão** - 10/09/2016

**Aceite** - 13/01/2017

## Introdução

A função de contribuir para a formação profissional e produção de conhecimento, inscrita na docência, no âmbito do ensino superior está, a nosso ver, para além da formação de mão de obra e de produtos para o mercado, tal como posto no momento presente.

Ainda que a formação neste nível conserve a expectativa de inserção e exercício profissional dos alunos, compreendemos que esta deve estar direcionada à formação em sentido ético, político, social e cultural dos milhares de discentes que se constituem público-alvo de nossa atuação. Visamos assim, contribuir para a ampliação da visão de mundo e conservação do espírito crítico que ultrapassem a perspectiva de formação “de mão de obra”.

No entanto, se esta compreensão acerca da formação no ensino superior não é consensual nem hegemônica, sua materialização encontra, no momento presente, barreiras objetivas, impostas pela lógica privatista, mercadológica, gerencial e alienante, impressas ao ensino superior no Brasil, sobretudo, a partir dos anos de 1990, obscurecida pelo discurso de “democratização”.

Se o processo de contrarreforma do ensino superior no Brasil investiu na criação de instituições e no estímulo ao ingresso de discentes neste nível, os índices, estudos e pesquisas, que se debruçam sobre esta realidade revelam que este movimento está restrito a “certificação” e não a formação profissional em sentido amplo. Presen-

ciamos nas últimas duas décadas a expansão de instituições de ensino superior privadas, focadas no ensino em nível de graduação, sem obedecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, particularizadas sobremaneira, por cursos caracterizados pela Educação a Distância.

No que tange às instituições de ensino superior públicas, apesar de verificarmos a criação de novas unidades e cursos, compreendemos que esta expansão se dá profundamente baseada na precarização da universidade, reveladas pela precarização estrutural e de funcionamento, balizadas por um radical processo de privatização interna.

Sendo assim, o presente artigo busca compartilhar algumas reflexões sobre a formação profissional em Serviço Social no momento presente, ante aos impactos da contrarreforma do ensino superior no Brasil. Compreendemos que a lógica de ensino superior difundida contemporaneamente contrasta radicalmente com o processo de formação em Serviço Social, orientado pelas Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), rebatendo sobre a efetivação dos princípios ético-políticos, propostos pela categoria de assistentes sociais, no que tange à formação e ao exercício profissional.

Para oferecer materialidade às elaborações que aqui destacamos, tomamos por base algumas dimensões da realidade da formação profissional em Serviço Social no estado do Tocantins, referenciando, de modo especial, a realidade cotidiana vivenciada na Universidade Federal. O referido estado sendo criado pela Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que efetiva a expansão político-administrativa, a partir da diretriz de descentralização, pautada pela Carta Magna, fundando órgãos e executando políticas públicas, e entre estas a política de educação e ensino superior, é particularizado pela lógica de mercantilização e privatização das IES, radicalizada a partir da década de 1990.

Em se tratando da formação profissional em Serviço Social no estado do Tocantins compreendemos que, apesar da ofensiva imposta pela lógica privatista e mercadológica, os desafios têm sido enfrentados através de um esforço coletivo contínuo, ainda que por vezes estafante, pelos docentes, discentes e profissionais assistentes sociais, que buscam a reafirmação da lógica de formação em sentido

amplo, com base na defesa do ensino superior de caráter público, laico, gratuito e democrático, e da reafirmação dos princípios ético-políticos pautados pela profissão.

### **1 A contra reforma do ensino superior e os rebatimentos à formação profissional e à produção de conhecimento**

Para a análise da educação superior no Brasil em meio ao processo de contrarreforma, radicalizado a partir da década de 1990, tomamos por base os estudos e pesquisas que propõem reflexões críticas acerca deste processo.

Entre os pesquisadores que apontam para esta direção, nos apropriamos das elaborações partilhadas por Lima e Pereira (2009), as quais tomam por base, para analisar a contrarreforma do ensino superior no Brasil, o legado oferecido por Florestan Fernandes (1989), o qual compreende a expansão da educação superior no Brasil como uma exigência do capital encaminhada, sobretudo, a partir de 1964, no bojo da ditadura civil-militar, através do aumento da participação do setor privado nesta esfera, reafirmando desta forma, o “padrão dependente de educação superior”.

A expansão do acesso à educação superior realizada pelo regime burguês-militar é analisada por Fernandes (1989) como um ‘milagre educacional’ que criou as ilusões de ‘democratização do acesso’ omitindo que este processo ocorria de forma combinada com o aumento significativo do setor privado na área educacional. Com a reforma universitária consentida e conduzida pelo regime burguês-militar foram realizadas mudanças que não alteravam, contudo, o padrão dependente de educação superior. (LIMA, PEREIRA, 2009, p. 33).

No cenário contemporâneo particularizado pelo ideário neoliberal, as autoras referidas destacam, considerando os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, que o processo de expansão do ensino superior fora dotado de uma “nova racionalidade”, expressa através de dois indicadores: “[...] a ‘explosão’ do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas.” (LIMA, PEREIRA, 2009, p. 34). No que tange ao primeiro indicador, os censos publicizados desde 2002, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) são ilustrativos. Estes

apontam, ao longo das décadas de 1990 e 2000, a predominância e o crescimento assimétrico de Instituições de Ensino Superior de natureza privada.

**Tabela 1 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil (1991-2002)**

Ano	Total	D %	Pública	D %	Privada	D %
1991	<b>893</b>	-	222	-	671	-
1992	<b>893</b>	<b>0,0</b>	227	2,3	666	-0,7
1993	<b>873</b>	<b>-2,2</b>	221	-2,6	652	-2,1
1994	<b>851</b>	<b>-2,5</b>	218	-1,4	633	-2,9
1995	<b>894</b>	<b>5,1</b>	210	-3,7	684	8,1
1996	<b>922</b>	<b>3,1</b>	211	0,5	711	3,9
1997	<b>900</b>	-2,4	211	0,0	689	-3,1
1998	<b>973</b>	8,1	209	-0,9	764	10,9
1999	<b>1.097</b>	12,7	192	-8,1	905	18,5
2000	<b>1.180</b>	7,6	176	-8,3	1.004	10,9
2001	<b>1.391</b>	17,9	183	4,0	1.208	20,3
2002	<b>1.637</b>	17,7	195	6,6	1.442	19,4

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2003).

**Tabela 2 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil (2010-2013)**

Ano	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2416	103	116	85	2.112
2013	2391	106	119	76	2.090

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2015a, p. 17).

Reconhecendo o caráter de continuidade estabelecido pelo governo Dilma Rousseff, no Censo da Educação Superior do ano de 2014, publicado em dezembro de 2015, os dados acima dispostos são atualizados para um total de 2.368 Instituições de Ensino Superior dentre as quais, 107 seriam federais, 118 estaduais, 73 municipais e 2.070 de natureza privada. Neste mesmo documento, a disposição das IES por estrutura organizacional revela que: do total de IES em funcionamento no Brasil no período referido, 195 seriam Universidades (53,2%), 147 seriam Centros Universitários (16,5%), 1986 seriam Faculdades (28,6) e 40 seriam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) correspondendo a (1,7%).

A natureza organizativa destas instituições expressa a predominância, entre as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, do caráter não universitário, sobressaindo, entre estas, as caracterizadas como faculdades, as quais não possuem a obrigatoriedade legal de desenvolver suas ações com articulação de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Não são, portanto, regidas pelo princípio de indissociabilidade, que circunda estes três pilares da formação em nível superior.<sup>3</sup> Sendo assim, no que tange à expansão da educação superior no Brasil, esta está sendo realizada no momento presente por meio de instituições privadas, prioritariamente com estruturas de faculdades e de forma massiva, por meio de cursos oferecidos na modalidade de ensino a distância, que “[...] continua crescendo, atingindo 1,34 milhão em 2014, o que já representa uma participação de 17,1% das matrículas da educação superior.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015b, p.10).

Quanto ao segundo indicador, que caracteriza a expansão do ensino superior por meio da privatização interna das (IES) públicas, Lima e Pereira (2009) destacam medidas impressas tanto pelo governo Cardoso, quanto pelo governo Lula, que investiram na ênfase ao ensino de graduação, na cobrança de cursos, a exemplo de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no estabelecimento das parcerias público-privadas e na precarização do trabalho docente.

A ênfase no ensino em nível de graduação reduz o trabalho do-

---

<sup>3</sup> A caracterização das instituições de ensino superior quanto a sua organização acadêmica fora disposta inicialmente pelo Decreto nº 3.860/2001, revogado pelo Decreto nº 5.773/2006.

cente a um processo de “formação limitada”, circunscrita ao repasse de conteúdos voltados ao cumprimento de créditos, necessários a obtenção dos diplomas. Radicalizando o referido processo verificamos a promulgação do Decreto nº 6.096, em 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>4</sup>, propondo a criação de um banco de professores equivalente pautando-se por um ideal de “eficiência” mensurado pela taxa de conclusão dos cursos pelos discentes.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007).

Pautada por uma lógica contábil, a atuação docente inscreve-se no cálculo 1/18 (isto é: um professor para 18 alunos), com ênfase ao ensino em nível de graduação, sendo este restrito a “transmissão” de conteúdo considerando o fato, que dificulta sobremaneira as atividades de extensão e pesquisa, para as quais não há investimento, sendo limitado ainda, o tempo possível e/ou vigor para esta dedicação.

A condição estafante imputada à atuação docente é resumida muito comumente na pergunta que paira ao senso comum, que questiona: “você só dá aula?”. Esta indagação desconsidera todo o processo de reflexão e elaboração necessária a uma das atividades-fim da docência, que está inscrita no ato de ministrar uma disciplina. Há todo um processo de trabalho, que não está evidente, e se volta à leitura e reflexão destinadas à preparação das atividades de aula, que são acrescidas de atividades administrativas e burocráticas, como atualização de diários e lançamento de notas, necessários ao processo de sistematização das atividades docentes. Tais processos ultrapas-

---

4 A adesão ao REUNI pelas IFES é pautada por uma relação entre o cumprimento de condicionantes e metas com a compensação de incremento no orçamento e a proposta de expansão estrutural e de cursos.

sam as dependências das Instituições de Ensino Superior, e invadem as residências e o tempo que deveria estar destinado ao descanso dos docentes.

À retórica do “só dar aula”, podemos acrescentar o processo já descrito, relacionado ao “produtivismo acadêmico”. Acerca deste, Maués (2008) irá destacar que o conhecimento ao ser submetido à lógica do mercado imputa aos professores “[...] pressões para que sejam produtivos e eficientes o que vem alterando significativamente o trabalho docente.” (MAUÉS, 2008, p. 21).

Exige-se do trabalhador docente a produção de conhecimento voltada às demandas do mercado, pautada por uma dinâmica e ritmo que não considera o processo de elaboração e reflexão necessária à produção de conhecimento com qualidade, sendo o conteúdo desta produção igualmente alheio às necessidades sociais, vinculadas aos requisitos do mercado. A “eficiência” dos docentes passa a ser reportada pelo seu reconhecimento enquanto produtivo, e este reconhecimento, para além de ser necessária à sua avaliação interna na instituição a que está vinculado, toma publicidade no âmbito acadêmico nacional e internacional, como condicionante para o acesso a financiamento e/ou vinculação ao âmbito da pós-graduação.

Para tanto, isto é, para obter o financiamento pleiteado, os professores precisam ser produtivos, atender aos padrões das agências reguladoras, com destaque, no caso brasileiro, para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta agência é a responsável pelo estabelecimento do padrão de excelência que os docentes, que atuam na pós-graduação stricto-sensu, devem alcançar. A exigência de pelo menos 1 publicação qualificada (revistas indexadas e que tenham A ou B no ranking estabelecido; editoras que também são classificadas) por ano; da capacidade de ter no mínimo 1 projeto de pesquisa com financiamento externo; a participação, com apresentação de trabalho, em eventos nacionais e internacionais; a inserção em comissões nacionais de avaliação (consultores ad-hoc); o fato de ser bolsista de produtividade; o número de orientandos que defendem no tempo estipulado as dissertações e teses; o fato de ter bolsista de iniciação científica, de ministrar aulas na graduação e na pós-graduação, são alguns dos indicadores de produtividade que são considerados para que o professor possa, em uma espécie de círculo vicioso, integrar o corpo docente dos Programas de Pós-

Graduação e também conseguir financiamento externo para desenvolver pesquisa. (MAUÉS, 2008, p. 28).

O “produtivismo acadêmico” reporta um *status* individualizante ao profissional docente, que desconsidera os condicionantes estruturais, os quais nos referimos ao longo desta construção. Tais condicionantes, para além da atuação docente, têm rebatido diretamente em sua condição como trabalhado. A precarização desta atuação está direta e intimamente ligada à precarização das condições de trabalho e de direitos do profissional do magistério superior expressas, de forma mais evidente, pelas perdas salariais e pelo desmonte dos processos de aposentadoria.<sup>5</sup>

Aos desafios conjunturais postos no momento presente ao ensino superior e a atuação docente no País, aliam-se aqueles particularizados pelas diferenças regionais e de cada curso. Acerca deste processo desejamos, no item que segue, compartilhar algumas reflexões acerca da formação profissional em Serviço Social, tomando por base o estado do Tocantins.

## **2 Aproximações e reflexões acerca do ensino superior no estado do Tocantins**

O estado do Tocantins, unidade federativa autônoma, é o mais novo dos 26 estados do Brasil, fundado através do desmembramento de uma região geográfica vinculada, originalmente, ao Norte do Estado de Goiás. Ainda que o movimento de emancipação do “novo” estado não possa ser reduzido ao ano de sua efetivação, 1988 e a Constituição Federal são referenciados como marcos deste processo, que teve como ponto culminante o ano de 1989, com a fundação oficial da capital.<sup>6</sup>

O processo histórico de emancipação e criação do estado do Tocantins, apesar de remontar o século XIX fora reduzido pela mídia

---

5 Como produto deste processo podemos destacar a Lei nº 12.618/2012, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais e fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência. Esta legislação altera os processos atinentes à carreira docente relacionados, em especial, as progressões e tetos salariais para a aposentadoria.

6 Para a apreensão dos fundamentos históricos relacionados à formação do Estado do Tocantins tomamos por referência a obra de Parente, 1989.

ao movimento constituinte e à promulgação da Constituição Federal. Curioso, também, é notar que os atores deste processo, como os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, são ocultados, reduzindo-se a construção do Tocantins à “ação” de figuras políticas, a exemplo da supervalorização da atuação do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos.

O estudo de Melz e Silva (2013), que se propõe a abordagem do que caracterizam como a “mitização da construção do Tocantins”, destaca, através da análise de notícias impressas da época de fundação do estado, o papel da mídia neste processo, relacionando ainda a evidenciação do “mito” do governador obstinado, que trabalhara pessoalmente para as ações de desenvolvimento do novo estado e da capital, Palmas.<sup>7</sup> (MELZ, SILVA, 2013).

Mas se a figura do “mito” pode e deve ser relativizada, não podemos deixar de evidenciar a funcionalidade dos primeiros governantes do Tocantins, entre estes, do governador Siqueira Campos, para a criação das estruturas político-administrativas voltadas ao seu funcionamento e aos modos de ser e estar dos sujeitos caracterizados, a partir de então, como tocantinenses. A promulgação de atos normativos voltados à criação de órgãos e políticas públicas, inscreve-se neste contexto, que engloba ainda, a estruturação das bases para o desenvolvimento do ensino superior no estado, processo marcado por interferências políticas dirigidas especialmente, pela imposição do poder local.

A primeira universidade do estado do Tocantins fora referenciada à esfera estadual. A Universidade do Tocantins (UNITINS), criada em 1990, que vivenciou, ao longo de sua história, processos de estruturação e reestruturação particularizados pelas características assumidas em sua base organizativa relacionada, inicialmente, como Fundação de Direito Público, posteriormente estruturada enquanto Autarquia, seguindo-se a sua reestruturação em 1996, como Fundação de Direito Privado, adequando-se às exigências pautadas pela reforma do ensino superior no Brasil, evidenciadas no período, conforme podemos verificar nas análises propostas por Souza e Silva (2010).

As medidas adotadas para esta reestruturação da uni-

---

<sup>7</sup> É válido ressaltar que no momento de fundação do estado do Tocantins sua primeira capital foi implantada na cidade de Miracema do Norte, até construção da capital, Palmas, em maio de 1989

versidade representaram, pois uma forte adesão do governo estadual com as políticas de privatização desenvolvidas no governo de Fernando Henrique Cardoso durante os anos 90, período em que foi processada a Reforma do Aparelho do Estado e ao mesmo tempo produziu uma série de propostas para as recorrentes mudanças e reestruturações na educação superior e em especial, nas universidades públicas. No Tocantins, o governo estadual desejava criar a ‘Nova UNITINS’, uma nova universidade que seria uma instituição pública, mas não estatal, de direito privado, mas não particular, porém, vários fatores apontaram para a direção de torná-la privada, pois as medidas adotadas comprovaram a tendência de afastamento do governo estadual na administração da educação superior. Entre as mudanças realizadas pelo governador para transformar a UNITINS na Nova Universidade, destacam-se medidas como a cobrança de mensalidades para os cursos, a criação de um novo regime administrativo que possibilitaria a colaboração e participação da sociedade civil através de um contrato de gestão, entre outras medidas que na verdade comprovaram o afastamento do governo estadual na administração da educação superior pública do Estado. (SOUZA, SILVA, 2010, p. 5).

O funcionamento da UNITINS revela ainda hoje processos de disputas intensas relacionadas à composição dos quadros de servidores e à sua estrutura político-organizativa.<sup>8</sup> Tais particularidades rebatem, a nosso ver, sobremaneira, na direção política, no exercício, no sentido e na lógica de universidade e de ensino superior proposta na instituição aqui referida. Os desafios evidenciados no momento presente revelam o tensionamento entre a necessidade de imprimir uma condução de fato autônoma, a dinâmica da universidade e a produção de conhecimento, e as resistências à superação da vinculação da instituição, aos interesses particulares, expressos pelo poder local.

Ainda relacionado à constituição da estrutura de ensino superior no estado do Tocantins, é no bojo do processo de contrarreforma do ensino superior no Brasil que verificamos, no ano 2000, a

---

<sup>8</sup> No momento presente tramita em segunda instância as questões relativas ao concurso público realizado em 2014, para composição de quadros profissionais na carreira do magistério superior. Aliado a isto, no trânsito entre os anos de 2015/2016 novas alterações quanto a estrutura político-organizativa da universidade são realizadas atualmente reconhecida como uma autarquia estadual de regime estadual. Vide Lei 3.124/2016.

criação da primeira Universidade Federal pautada como Fundação. A Universidade Federal do Tocantins (UFT) fora proposta pela Lei nº 12.032/2000, a partir da incorporação de cursos transferidos pela UNITINS. No entanto, a instituição federal só entraria em funcionamento no ano de 2003, após a proposição de seu Estatuto, elaborado por uma comissão especial instituída para este fim.

Estruturada ao longo dos anos 2000, a Universidade Federal do Tocantins, pode ser considerada hoje a principal instituição produtora e difusora de conhecimento do estado. Para além dos cursos de graduação vem constituindo a formação em nível de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, com a proposição de cursos de mestrado e doutorado e ainda, realizando processos destinados à composição dos quadros profissionais. É uma instituição de ensino em farta expansão de seu potencial formador e produtora de conhecimento, no entanto, que apresenta desafios, que a nosso ver, rebatem diretamente nas atividades-fim a que se destina, e de modo central, na atuação profissional dos docentes e no ingresso e permanência dos discentes.

Entre os desafios enfrentados podemos ressaltar a estrutura organizativa e o processo de gestão da universidade. No que tange ao processo de gestão, verificamos que apesar deste se organizar através do exercício dos colegiados e conselhos com representação dos três segmentos, que compõem a comunidade universitária, (docentes, técnicos administrativos e discentes), as decisões finais são direcionadas, sobretudo, pelos órgãos gestores caracterizados por uma gestão estratégico-empresarial, conforme destacado por Carvalho (2011).

Acerca deste fato, o referido autor oferece contribuições essenciais no que concerne a análise da participação na UFT, ressaltando, ao longo do estudo que buscou ouvir os três segmentos que compõem a comunidade universitária, que na UFT, apesar de haver uma estrutura potencialmente favorecedora à participação e interferência nas decisões políticas da universidade, não tem implicado em interferência e representação de fato.

Os dados revelam, ainda, que a estrutura organizacional da UFT na forma de conselhos e colegiados não resolve por si só o problema da participação da comunidade universitária. Há ainda dificuldades no que tange à participação por meio da representação nos espaços deliberativos, além do fato de a participação da maioria da

comunidade ocorrer basicamente no nível da execução de tarefas, em contraste com o nível da elaboração, avaliação e acompanhamento.

Essa perspectiva de participação não garante a efetiva descentralização do poder de decisão para o conjunto da comunidade universitária, particularmente para o segmento discente e TAE, mas somente a desconcentração de discussões pontuais e a execução de tarefas de natureza técnico-administrativa e pedagógico-científica. Esse tipo de participação pode dificultar um maior controle social da comunidade universitária sobre as ações gerais desenvolvidas na universidade e, principalmente, sobre as práticas pontuais de gestão do conjunto de pessoas que, em determinado momento, assumem o poder administrativo na instituição. (CARVALHO, 2011 p. 275-276).

Quanto à estrutura organizativa a UFT possui por característica a organização multicampi, com gestão orçamentária e financeira descentralizada, no entanto, submetida à gestão unificada gerida pela reitoria, que está localizada na capital do estado.

O Tocantins possui 139 municípios alocados em uma extensão territorial de 277.260 Km<sup>2</sup>, neste território foram criados sete campus vinculados à Universidade Federal do Tocantins, localizados na cidade de Palmas (a capital), a saber: Arraias, Araguaína, Miracema, Gurupi, Porto Nacional, Palmas e Tocantinópolis. Do campus de Palmas, onde está sediado o centro administrativo-financeiro representado pela reitoria, ao campus de Tocantinópolis, na região do Bico do Papagaio, percorre-se uma distância de aproximadamente 523 km demandando cerca de seis horas de viagem.

O processo de interiorização das IES, dos Institutos Federais de Ensino (IFES) e nestas dos campus (acrescente: universitários), relaciona, contraditoriamente, de um lado a retórica de expansão e democratização do acesso ao ensino superior à população, sobretudo, aos jovens afastados dos grandes centros e metrópoles, mas, de outro lado, fundamenta-se pelo discurso de atendimento às necessidades e desenvolvimento local sendo sustentado ainda, pela lógica de atendimento às necessidades da população.

Para além da contradição em ambos os discursos, que a nosso ver reduzem o sentido e a verdadeira função da universidade enquanto instituição produtora de conhecimento em sentido amplo, entendemos que a estrutura multicampi impõe desafios objetivos à gestão

descentralizada, mas que de fato é unificada e encontra-se vinculada as reitorias localizadas por vezes, como é o caso da UFT, há quilômetros de distância dos demais campus.

Outro desafio que rebate inteiramente sobre o processo pedagógico, encontra-se no fato de que a interiorização dos campus remete a uma limitação, na possibilidade de circulação e articulação entre discentes e docentes pelas diferentes áreas do conhecimento, considerando que em alguns campus há um número limitado de cursos.

Às dificuldades das estruturas compartimentalizadas dos campus, acrescem-se, no estado do Tocantins, as dificuldades geradas pelo deslocamento nas imensas distâncias geográficas, aprofundadas em consequência de uma estrutura de transporte público precária. Mesmo na cidade de Palmas e entre os campus mais próximos a esta, como Miracema e Porto Nacional o transporte público além de precário em estrutura, com frotas antigas e número reduzido, ainda é particularizado pelo caráter totalmente privado das rotas realizadas por micro-ônibus particulares com altas tarifas.

Para além das particularidades vivenciadas pelas IES públicas, o ensino superior no estado do Tocantins acompanha a tendência nacional pautada pela expansão do ensino privado, ministrado por instituições caracterizadas, em especial, como faculdades objetivadas, sobretudo, por curso de graduação do tipo bacharelado, ofertados pela modalidade de ensino a distância. A tabela abaixo, construída através das informações dispostas no cadastro e-MEC, de Instituições e Cursos de Educação Superior, base de dados oficial e única no Brasil, pode ilustrar a realidade ora analisada.

**Tabela 3 - Instituições de Ensino Superior no Estado do Tocantins por modalidade de ensino<sup>9\*</sup>**

Município	Total de IES	IES Ensino Presencial	IES ensino à distância
1 – Alvorada	3	0	3
2 – Ananás	2	0	2
3 – Araguacema	2	0	2

<sup>9</sup> \* É necessário observar que uma IES pode apresentar mais de uma modalidade de ensino e ambas concedidas de forma concomitante.

<b>4 – Araguaína</b>	23	15	9
<b>5 – Araguatins</b>	5	3	3
<b>6 – Arraias</b>	1	1	1
<b>7 – Augustinópolis</b>	2	2	0
<b>8 - Colinas do Tocantins</b>	4	2	2
<b>9 - Cristalândia</b>	2	0	2
<b>10 – Dianópolis</b>	7	3	5
<b>11 – Guaraí</b>	4	1	3
<b>12 – Gurupi</b>	9	3	7
<b>13 - Lagoa da Confusão</b>	1	0	1
<b>14 – Mateiros</b>	2	0	2
<b>15 - Miracema do Tocantins</b>	2	1	1
<b>16 - Nova Olinda</b>	2	0	2
<b>17 – Palmas</b>	27	11	18
<b>18 - Paraíso do Tocantins</b>	7	4	3
<b>19 - Pedro Afonso</b>	2	1	1
<b>20 – Pium</b>	1	1	0
<b>21 - Porto Nacional</b>	9	4	6
<b>22 – Sampaio</b>	1	0	1
<b>23 – Taguatinga</b>	2	0	2
<b>24 – Tocantinópolis</b>	2	1	1

Fonte: e-MEC (2016).

As 24 cidades do estado conservam um total de 122 Instituições de Ensino Superior, dentre as quais, 53 ofertam cursos presenciais e 77 ofertam cursos a distância. Na análise dos referidos dados é preciso ressaltar que, do número total de IES algumas destas estão localizadas em mais de uma cidade. Dentre as modalidades de ensino existem IES que ofertam tanto ensino presencial, quanto ensino a distância e IES que ofertam exclusivamente uma das modalidades.

Pela análise dos dados acima dispostos, podemos concluir que a oferta do ensino superior, de caráter privado, vigora no Estado do Tocantins, a exemplo dos demais estados do Brasil, pautados pelo discurso de democratização do acesso ao ensino superior possibilitado pelas “facilidades” de frequência e custeio. No que tange às universidades públicas, para além de rebatidas pelos impactos do processo de contrarreforma do ensino superior, refletidos nas páginas iniciais

deste trabalho, no Tocantins estas são particularizadas por uma gestão pautada na centralização, que oferece como evidência a interferência política das forças econômico-sociais locais.

Sendo assim, é no contexto aqui aludido, que buscamos localizar a formação profissional em Serviço Social e os limites, desafios e avanços enfrentados pela categoria profissional composta pelos docentes, discentes e profissionais assistentes sociais.

### **3 Entre limites e desafios: considerações sobre a formação profissional em Serviço Social no estado do Tocantins**

As Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social publicadas em 1996, referem o perfil do bacharel em Serviço Social e as competências e habilidades necessárias à atuação profissional. Neste documento a formação profissional é destacada como processo contínuo pautado pela viabilização das capacitações teórico-metodológicas e ético-políticas “[...] como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 1999, p.1).

A perspectiva de formação profissional aludida no referido documento é caudatária do processo de renovação do Serviço Social, proposto pela categoria profissional que, sobretudo, entre as décadas de 1980 e 1990, buscou romper com o conservadorismo e o tradicionalismo, que imperaram na gênese e desenvolvimento da profissão no Brasil.

Este processo formativo é embasado tendo como um de seus princípios a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, pautados no contexto de universidade “[...] que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes.” (IAMAMOTO, 2008, p. 432).

Pelas análises compartilhadas nas páginas anteriores, podemos verificar que este princípio formativo é dirimido, de forma generalizada, no modelo de ensino superior pautado no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1990. Se pelos levantamentos propostos,

compreendemos que o ensino superior no Brasil está fundamentado sobremaneira no ensino de graduação, ofertado em instituições privadas “não universitárias”, verificamos que a formação profissional em Serviço Social não está alheia a este processo, fato que leva-nos a concluir que no Tocantins este movimento tem sido reafirmado, reportando desafios severos à categoria profissional sediada no estado.

Conforme a tabela indicada abaixo, estruturada com as informações dispostas na base de dados do e-MEC, podemos verificar que quanto à formação profissional em nível de graduação, em Serviço Social, o Estado do Tocantins conta com apenas duas instituições de ensino superior públicas e cerca de doze instituições privadas. No que se refere à modalidade de ensino, cinco instituições oferecem cursos presenciais, sendo uma federal, uma estadual e três privadas, dentre as quais, duas estão em processo de extinção dos cursos e uma oferece o curso presencial, por meio de execução das disciplinas por módulos independentes. As demais instituições de ensino, cerca de nove, oferecem cursos na modalidade a distância.<sup>10</sup>

**Tabela 4 - Cursos de graduação em Serviço Social ofertados no Estado do Tocantins**

Município	IES	Ensino a distância	Ensino Presencial
Alvorada	Uninter	X	
Araguaína	Unigran, Uninter, Uniderp, Unisul, Uniopar e Unip	X	
Colinas do Tocantins	FIESC		X
	Uniopar e Unip	X	
Dianópolis	Unopar e Uniter	X	
Guaraí	Unip	X	
Gurupi	Uninter, Uniderp, Unopar e Unip	X	
Miracema do Tocantins	UFT		X
	Unip	X	

<sup>10</sup> É válido ressaltar que dos cursos de graduação em modalidade de ensino a distância referenciados no site do e-mec, alguns como é o caso da UNITINS, não têm recebido novos alunos, e estão em fase de encerramento das turmas e extinção dos cursos.

<b>Palmas</b>	CEULP/ULBRA, ITOP, UNITINS		X
	Ceclar, Unisecusar, Uninter, Uniplan, Uniseb, Uniderp, Unisul, Unopar Unip	X	
<b>Porto Nacional</b>	Uniplan, Unopar e Unip	X	
<b>Sampaio</b>	Uniseb	X	
<b>Tocantinópolis</b>	UNIP	X	
<b> Cursos de graduação em Serviço Social ofertados no estado do Tocantins</b>			
<b>Município</b>	<b>IES</b>	<b>Ensino a distância</b>	<b>Ensino Presencial</b>
<b>Alvorada</b>	Uninter	X	
<b>Araguaína</b>	Unigran, Uninter, Uniderp, Unisul, Uniopar e Unip	X	
<b>Colinas do Tocantins</b>	Fiesc		X
	Uniopar e Unip	X	
<b>Dianópolis</b>	Unopar e Uniter	X	
<b>Guaraí</b>	Unip	X	
<b>Gurupi</b>	Uninter, Uniderp, Unopar e Unip	X	
<b>Miracema do Tocantins</b>	UFT		X
	Unip	X	
<b>Município</b>	<b>IES</b>	<b>Ensino a distância</b>	<b>Ensino Presencial</b>
<b>Palmas</b>	Ceulp/Ulbra, Itop, UNITINS		X
	Ceclar, Unisecusar, Uninter, Uniplan, Uniseb, Uniderp, Unisul, Unopar Unip	X	
<b>Porto Nacional</b>	Uniplan, Unopar e Unip	X	
<b>Sampaio</b>	Uniseb	X	
<b>Tocantinópolis</b>	Unip	X	

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de e-MEC (2016).

A estruturação do ensino superior no Estado do Tocantins, a qual se realizou muito recentemente, se desenvolve fortemente pautada pela oferta de cursos de graduação por instituições privadas, sobretudo pela modalidade de ensino a distância, processo no qual a formação profissional em Serviço Social também esteve e está inscrita. Acerca deste processo Pereira (2008), ao refletir sobre o ensino superior no Brasil e a formação profissional em Serviço Social, oferece conclusões essenciais:

No contexto abordado, constata-se a realidade brutal de mercantilização da formação profissional em Serviço Social, o que aponta para a erosão do projeto de formação dos assistentes sociais brasileiros construídos sob a direção da Abepss na primeira metade dos anos 1990. Ao que tudo indica, a mercantilização da formação profissional de novos assistentes sociais atende, de um lado, às necessidades expansionistas do capital, e, de outro, à permanência de formação de consenso entre as massas populares, o que exige a formação de intelectuais difusores da ideologia colaboracionista sob a ótica do capital, dentre eles o assistente social. (PEREIRA, 2008 p. 195).

No âmbito das instituições públicas, referenciando, em especial, a Universidade Federal do Tocantins, instituição a qual estamos vinculados, os desafios para a formação profissional referem aqueles dispostos nas páginas anteriores, dentre os quais destacamos a estrutura multicampi. A estruturação do curso no município de Miracema, localizado a cerca de 80 km da capital, oferece rebatimentos consideráveis não apenas às questões organizacionais/administrativas do curso, mas igualmente ao seu referencial pedagógico e formativo em sentido amplo.

Acerca deste processo, Cariaga e Silva (2016) se referem aos desafios da supervisão de estágio. As autoras apontam, de acordo com o relatório elaborado pela Coordenação de Estágio, no ano de 2012, que a cidade de Palmas recebia, até então, 80% dos alunos inseridos em atividade de estágio do curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Tocantins, que estudavam no campus de Miracema e enfrentavam as dificuldades relativas ao deslocamento realizado por uma rodovia federal, e até mesmo, na capital.

É preciso considerar que esses trajetos não são fáceis em uma capital como Palmas, que não possui meio de transporte coletivo eficiente. Muitas vezes, quando o

aluno chega ao local do estágio, já está cansado, com fome e abatido pelo estresse no enfrentamento dessas e de outras dificuldades de seu cotidiano.

Lembramos que a criação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins ocorreu no interior do estado e que apesar de a capital ser próxima, ainda assim os estudantes precisam fazer um deslocamento que se configura, muitas vezes, como uma viagem, o que implica custos físicos e financeiros consideráveis. (CARIAGA, SILVA, 2016, p.95).

A contribuição essencial oferecida pelas referidas autoras irá reportar outro indicador central, necessário de ser considerado quando nos reportamos à formação profissional, a necessidade de assistência estudantil. A partir da análise dos dados apresentados pelo relatório da Comissão Permanente de Avaliação (CPA-UFT) do ano de 2010, podemos verificar que 57,45% dos alunos da UFT informam renda de até três salários mínimos (CARIAGA, SILVA, 2016). À dificuldade de renda, acresce-se o fato de que o ingresso na universidade tem sido realizado através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), reportando como demanda um grande número de alunos residentes fora do estado do Tocantins. Tais condições são radicalizadas se observarmos o fato de que o campus de Miracema não oferece condições de assistência para a recepção dos alunos, que ingressam nos cursos que ali estão sediados, não dispendo de restaurante universitário, nem moradia estudantil, fato que têm rebatido, sobremaneira, na permanência dos discentes nos diferentes cursos, referindo um processo visível de evasão.

Com relação aos alunos oriundos do Estado do Tocantins, residentes no município de Palmas, a distância do campus, o alto valor do transporte e precariedade da assistência estudantil, são reportados por vezes como motivadores para a desistência de continuidade da formação em Serviço Social na Universidade Federal; e a migração para instituições privadas localizadas na capital, considerando que o valor da mensalidade por vezes é compatível e/ou menor do que o valor do custeio do transporte para Miracema, sendo poupados ainda do desgaste do trajeto a ser percorrido.

Ainda que de forma limitada, a cidade de Palmas nos oferece uma estrutura que se configura como essencial e que atravessa a formação profissional. A sede do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 25ª Região) está localizada na capital, assim como o Espaço

Cultural, teatros, cinemas, livrarias e a reitoria da universidade. O distanciamento de uma estrutura mínima, que auxilie e transcenda a formação profissional estrita a sala de aula e aos muros da universidade, a nosso ver limita consideravelmente as diversas potencialidades dos alunos.

As questões aqui dispostas, apesar de impor-nos desafios e de oferecer implicações cotidianas à defesa do projeto de formação pautado nas Diretrizes Curriculares, primado e defendido pelas entidades da categoria tais como o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), têm reportado um movimento constante de resistência, que parte dos alunos, dos profissionais assistentes sociais e dentre estes dos docentes.

Em se tratando do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, consideramos que a ofensiva voltada à precarização da formação em voga no cenário contemporâneo e ratificada no referido estado, tem tido como resposta posturas insurgentes por parte dos profissionais e alunos. Através de atitudes coletivas vimos buscando reconfigurar o sentido de universidade disseminado no momento presente, compreendendo este espaço como voltado à produção de conhecimento e comprometido com a formação e qualificação de profissionais, em sentido crítico.

## Conclusão

As questões que nortearam as reflexões propostas no presente trabalho referem-se a como resistir à lógica privatista, mercadológica e alienante, que tem imperado sobre o ensino superior no Brasil? Como lidar com as dificuldades diárias que evidenciam a precarização das instituições de ensino superior públicas e que atentam contra os princípios de público, gratuito, democrático e de qualidade, que *a priori* deveriam reger estes espaços?

Em se tratando da formação profissional em Serviço Social, particularizada pela realidade do Estado do Tocantins, questionamos sobre que estratégias seriam necessárias de serem adotadas cotidianamente, para reafirmar os princípios e diretrizes materializados no conjunto normativo, que fundamenta e direciona a categoria pro-

fissional?

Para ambos os processos, a direção aqui aludida aponta para movimentos de resistências propagados de forma contínua e coletiva. Em nossa experiência na UFT, este movimento tem sido realizado através de esforços constantes, entre docentes e alunos, pela consolidação do curso de Serviço Social a partir da estruturação do quadro de professores; da reflexão e revisão contínua dos rumos da formação profissional; da defesa da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão; e, neste movimento, o de preservação da indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e as atividades no campo de estágio.

Apesar dos severos ataques às instituições de ensino públicas, alcançamos no momento presente a composição do quadro de professores estabelecido no Projeto Político Pedagógico do Curso, evidenciando um grupo considerável de profissionais doutores, e aqueles voltados para a qualificação neste nível. Tal processo tem favorecido ainda, o fortalecimento das atividades do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante, conduzindo a sistematização da revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), bem como, a busca pela estruturação do ensino em nível de pós-graduação.

Para além das reuniões de colegiado realizadas de forma sistemática, onde primamos pelos debates e decisões coletivas quanto aos rumos do curso, vimos investindo na realização de reuniões pedagógicas, nas quais os docentes têm exaustivamente se proposto a refletir sobre a particularidade do corpo de alunos, da estrutura curricular e da própria universidade, buscando, assim, percorrer caminhos que conduzam à qualidade da formação profissional, para o qual, temos compreendido como essencial, o debate e as ações efetivas de assistência estudantil ao corpo de alunos.

Vale destacar, ainda neste processo, o empenho entre discentes e docentes quanto ao estabelecimento e participação nas atividades de pesquisa e extensão, e a produção de conhecimento inscrita neste movimento que, entre análises estruturais e em totalidade, vem buscando refletir sobre a particularidade do Estado do Tocantins no que concerne às condições de vida e sobrevivência dos sujeitos sociais que aqui vivem, as violações de direitos a que estão submetidos, mas também, seus processos de resistência.

Neste percurso referenciamos ainda a produção de conhecimento que tem se voltado à análise das políticas sociais no Brasil, e entre estas, o destaque à gestão e execução das políticas sociais no estado do Tocantins. Tal movimento, além de estar dotado de conteúdo crítico, tem sua inspiração na relação que atravessa a constituição das políticas sociais, na aproximação junto aos movimentos sociais, e aos espaços deliberativos, a exemplo dos Conselhos de Direitos e de Políticas Sociais.

A aproximação dos debates nacionais encampados pela categoria profissional também tem sido movimento constantemente perseguido em nossa atuação no curso de Serviço Social da UFT. Buscamos referendar as deliberações indicadas pelas entidades da categoria a exemplo do Conselho Federal de Serviço Social, (CFESS) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como, da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), investindo em uma vinculação estrita com Conselho Regional de Serviço Social 25ª Região, o qual representa o Estado do Tocantins.

Pelo exposto, buscamos ressaltar que, entre os limites e desafios enfrentados cotidianamente, vimos vivenciando, no que tange ao curso de Serviço Social da UFT, processos profundamente instituintes, os quais, apesar de reportarem uma trajetória recente devido ao fato de a fundação do curso datar do ano de 2007, já apresentam inúmeros frutos evidenciados, em especial, pela ratificação do projeto de formação profissional conservado pela categoria dos assistentes sociais, bem como, pelo esforço e investimento na produção de conhecimento, que tem tomado como foco principal as particularidades da Região Norte de nosso país e nesta, do Estado do Tocantins.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 5773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 10 maio 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)> Acesso em: 2 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 25 abr. 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)> Acesso em: 2 abr. 2016.

CARIAGA, Maria Helena; SILVA, Maria José Antunes. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 85-100, abr. 2016.

CARVALHO, Roberto Francisco de. **O processo de gestão e participação na universidade**: limites, possibilidades e desafios na UFT. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

e-MEC. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**: consulta interativa – Tocantins. [2016]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 15 set. 2016.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 1, p. 31-50, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

MAUÉS, Olgaíses. O produtivismo acadêmico e o trabalho docente.

**Universidade e Sociedade**, Brasília-DF, v. 17, n. 41, p. 21-31, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico**: censo da educação superior - 2002. Brasília-DF: INEP, 2003.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Resumo técnico**: censo da educação superior - 2013. Brasília-DF: INEP, 2015a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Resumo técnico**: censo da educação superior - 2014. Brasília-DF: INEP, 2015b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes curriculares**: curso de Serviço Social. Brasília-DF: 26 fev. 1999. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf)> Acesso em: 21 jun. 2016.

MELZ, Talita; SILVA, E. de M. A “mitização” da construção do Tocantins. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013. Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto: UFOP, 2013.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

SOUZA, Raquel Aparecida de; SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **História e perspectivas para a educação superior no estado do Tocantins**: encantos e desencantos sobre o direito à educação pública e gratuita. Disponível em: <[http://www2.faced.ufu.br/colubheo6/anais/arquivos/513Raquel\\_e\\_MarceloSoares.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubheo6/anais/arquivos/513Raquel_e_MarceloSoares.pdf)> Acesso em: 15 out. 2010.

TOCANTINS (Estado). Lei Estadual n. 3.124, de 14 de julho de 2016. Par-

## temporalis

tes vetadas pelo governador do Estado e mantidas pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, do projeto convertido em Lei, sob o número 3.124, de 14 de julho de 2016, que transforma em autarquia a fundação que especifica, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Poder Legislativo, Tocantins: 26 ago. 2016. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/300999/>> Acesso em: 10 set. 2016